

SUBSTITUTIVO 3 AO PROJETO DE LEI Nº 477/11

Dispõe sobre a reorganização do Quadro de Empregos da Autarquia Hospitalar Municipal, institui o respectivo Plano de Empregos Públicos, Carreiras e Salários e cria empregos públicos no referido Quadro; reajusta as Escalas de Vencimentos das Carreiras do Quadro dos Profissionais da Saúde da Prefeitura do Município de São Paulo e as Tabelas Salariais do Hospital do Servidor Público Municipal; introduz alterações na Lei nº 14.713, de 4 de abril de 2008, autorizando o afastamento de profissionais da saúde nas situações que especifica e revalorizando o Prêmio de Produtividade de Desempenho; modifica a forma de provimento da função de confiança de Superintendente do Hospital do Servidor Público Municipal.

A Câmara Municipal de São Paulo D E C R E T A:

TÍTULO I

DO PLANO DE CARREIRA DO QUADRO DE EMPREGOS DA AUTARQUIA HOSPITALAR MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta lei dispõe sobre a reorganização do Quadro de Empregos da Autarquia Hospitalar Municipal, criados pelas Leis nº 13.271, de 4 de janeiro de 2002, e no 13.355, de 14 de maio de 2002; a instituição dos respectivos planos de carreiras dos níveis superior médio e básico; a criação das novas Escalas de Salários; a criação de empregos públicos; o reajustamento das Escalas de Vencimentos das Carreiras do Quadro dos Profissionais da Saúde da Prefeitura do Município de São Paulo e das Tabelas Salariais do Hospital do Servidor Público Municipal; altera o artigo 40 da Lei nº 14.713, de 4 de abril de 2008, revalorizando o Prêmio de Produtividade e Desempenho, bem como modifica a forma de provimento da função de confiança de Superintendente do Hospital do Servidor Público Municipal.

CAPÍTULO II

DO QUADRO DE EMPREGOS, DAS CARREIRAS E DAS ESCALAS DE SALÁRIOS

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 2º. O Plano de Empregos Públicos, Carreiras e Salários, instituído por esta lei, objetiva:

- I - a adoção de um sistema permanente de capacitação de profissionais;
- II - o reconhecimento e a valorização dos empregados públicos, através de critérios que proporcionem equidade de oportunidades de desenvolvimento, garantindo a qualidade dos serviços prestados à população;
- III - a adoção dos critérios de promoção e progressão funcional visando à evolução dos empregados públicos na carreira.

Art. 3º Para os fins desta lei considera-se:

- I - emprego público: aquele criado por lei, em número certo, com denominação própria, a ser preenchido por empregado público contratado sob relação trabalhista, mediante prévia aprovação em concurso público, ao qual corresponde um conjunto de atribuições e responsabilidades;
- II - carreira: conjunto de empregos da mesma natureza de trabalho, escalonados segundo o grau de responsabilidade e complexidade a eles inerentes;
- III - nível: o agrupamento de empregos de mesma denominação e categorias diversas;
- IV - categoria: o elemento indicativo da posição do empregado público no respectivo nível, segundo a sua progressão na carreira;
- V - quadro de pessoal: conjunto de empregos públicos;
- VI - referência: o conjunto de sigla e número indicativo da posição do emprego público na Escala de Salários;

VII - empregos públicos multidisciplinares: a aglutinação de diferentes disciplinas de naturezas diversas dentro de uma determinada área de concentração;

VIII - empregos públicos multifuncionais: a aglutinação de atribuições de mesma natureza de trabalho;

IX - atribuições: o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho do emprego público, abrangendo as gerais e as específicas na seguinte conformidade:

a) atribuições gerais: aquelas que propiciam o alcance dos macro-objetivos da Autarquia Hospitalar Municipal, as quais serão fixadas em resolução do Conselho Deliberativo, mediante proposta do Superintendente;

b) atribuições específicas: aquelas que compõem o conhecimento básico do profissional na sua área de atuação, na conformidade do disposto no artigo 8º desta lei.

Seção II

Das Carreiras

Art. 4º. Ficam instituídas as carreiras dos empregados públicos dos níveis superior, médio e básico da Autarquia Hospitalar Municipal, compostas de empregos multidisciplinares e multifuncionais, com a configuração estabelecida no Anexo I desta lei, onde se discriminam as denominações, os níveis, as categorias, as referências, as quantidades e as formas de provimento.

Parágrafo único. Será estabelecido em resolução do Conselho Deliberativo, de acordo com as necessidades dos serviços, o percentual mínimo de empregos públicos para cada disciplina das carreiras do nível superior, mediante proposta do Superintendente.

Art. 5º. As carreiras do Nível Superior são as seguintes:

I - Especialista em Administração, Orçamento e Finanças Públicas;

II - Especialista em Assistência e Desenvolvimento Social;

III - Especialista em Desenvolvimento Urbano;

IV - Especialista em Informações Técnicas, Culturais e Desportivas;

V - Especialista em Saúde;

VI - Especialista em Saúde - Médico.

§ 1º. São enquadrados como empregos públicos multidisciplinares os empregos das carreiras de que trata este artigo, considerando-se disciplinas as diversas formações de nível superior descritas na coluna "Situação Nova" da Tabela "A" do Anexo I desta lei.

§ 2º. As carreiras referidas neste artigo constituem-se de 3 (três) níveis, identificados pelos algarismos romanos I, II e III, contando cada um dos Níveis I e II com 5 (cinco) categorias e o Nível III, com 3 (três) categorias, conforme discriminado na coluna "Situação Nova" da Tabela "A" do Anexo I desta lei.

Art. 6º. As carreiras do Nível Médio são as seguintes:

I - Assistente de Gestão de Políticas Públicas;

II - Assistente de Suporte Técnico;

III - Auxiliar Técnico em Saúde;

IV - Técnico em Saúde;

V - Técnico de Segurança do Trabalho.

§ 1º. São enquadrados como empregos públicos multifuncionais os empregos das carreiras de que trata este artigo que comportam as atividades descritas na coluna "Situação Nova" das Tabelas "B" e "C" do Anexo I desta lei.

§ 2º. As carreiras referidas neste artigo constituem-se de 2 (dois) níveis, identificados pelos algarismos romanos I e II, sendo o Nível I composto de 10 (dez) Categorias e o Nível II de 5 (cinco) na conformidade da coluna "Situação Nova" das Tabelas "B" e "C" do Anexo I desta lei.

Art. 7º. A carreira de Agente de Apoio do Nível Básico é composta por empregos públicos multifuncionais e constitui-se de 2 (dois) Níveis, identificados pelos algarismos romanos I e II, sendo cada nível composto de 5 (cinco) Categorias, na conformidade da Tabela "D" do Anexo I desta lei.

Parágrafo único. A Autarquia poderá aproveitar o Agente de Apoio em qualquer das atividades previstas para o emprego público, desde que devidamente capacitado para o exercício das atribuições, mediante comprovação da habilitação específica e a concordância do empregado público, na forma que dispuser a resolução do Conselho Deliberativo, mediante proposta do Superintendente, ficando vedada alteração de função sem prévia habilitação específica.

Art. 8º. As atribuições específicas dos empregos públicos de que trata esta lei são:

I - para os Especialistas das carreiras do Nível Superior: aquelas previstas na legislação federal para as respectivas disciplinas e especialidades, bem como na regulamentação dos respectivos Conselhos Profissionais, órgãos de classe e na Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego;

II - para os Assistentes de Gestão de Políticas Públicas e os Assistentes de Suporte Técnico: as previstas na Lei nº 13.748, de 16 de janeiro de 2004, e alterações subsequentes, para cargos correspondentes da Administração Direta;

III - para os Agentes de Apoio: as previstas na Lei nº 13.652, de 25 de setembro de 2003, e alterações subsequentes, para o cargo correspondente da Administração Direta;

IV - para os Técnicos em Saúde e Auxiliares Técnicos em Saúde: as estabelecidas pela Administração Direta para os cargos correspondentes.

§ 1º. As atribuições específicas dos empregos públicos que não tenham correspondência com cargos da Administração Direta serão fixadas pela Autarquia.

§ 2º. Todos os empregos públicos situam-se inicialmente na Categoria 1 do Nível I e a ela retornam quando vagos.

Seção III

Do Quadro de Empregos

Art. 9º. O Quadro de Empregos Públicos da Autarquia Hospitalar Municipal fica organizado na conformidade do Anexo desta lei, observadas as seguintes regras:

I - criados, os empregos públicos que constam da coluna "Situação Nova", sem correspondência na coluna "Situação Atual";

II - mantidos, com as alterações eventualmente ocorridas, os atuais empregos públicos que constam das duas colunas.

Parágrafo Único: Os empregos públicos ora criados deverão ser preferencialmente utilizados nas unidades de saúde vinculadas à Autarquia Hospitalar Municipal.

Seção IV

Dos Grupos Ocupacionais

Art. 10. O Quadro de Empregos Públicos da Autarquia Hospitalar Municipal constituído por 4 (quatro) Grupos, estruturados por complexidade e responsabilidade, de acordo com o nível de escolaridade ou habilitação específica, a seguir discriminados:

I - Grupo 1: Nível Superior, compreende os empregos públicos multidisciplinares de natureza técnica, correspondentes às profissões regulamentadas ou não em lei federal, cujo exercício exige formação de grau superior de graduação ou habilitação legal equivalente;

II - Grupo 2: Nível Médio Técnico, compreende os empregos públicos multifuncionais de natureza técnica de nível médio, regulamentados ou não, que exijam para o seu exercício formação escolar correspondente ao ensino médio completo ou equivalente, com habilitação profissional específica;

III - Grupo 3: Nível Médio, compreende as categorias profissionais que realizam sob supervisão atividades de natureza técnico-auxiliar, que exijam para o seu exercício formação escolar correspondente ao ensino médio completo ou equivalente;

IV - Grupo 4: Nível Básico, compreende as categorias profissionais que realizam atividades que exijam para o seu exercício formação escolar correspondente ao ensino fundamental completo, suplementada por conhecimentos e habilidades especiais, adquiridos mediante cursos ou treinamento em serviço.

Parágrafo único. Para provimento do emprego público de Técnico em Saúde, nas atividades técnicas relativas à farmácia, laboratório e técnico em imobilização ortopédica, fica dispensada, excepcionalmente e até a regularização das respectivas

profissões, a obrigatoriedade de apresentação de registro profissional dos respectivos órgãos fiscalizadores da profissão.

Seção V

Das Escalas de Salários

Art. 11. Ficam instituídas as Escalas de Salários das carreiras do Quadro de Empregos Públicos da Autarquia Hospitalar Municipal, compreendendo as referências e os valores constantes do Anexo II, Tabelas "A" a "D", desta lei.

§ 1º. Na composição das Escalas de Salários, observar-se-á, sempre, no mínimo, o percentual existente entre o valor de uma referência e a que lhe for imediatamente subsequente.

§ 2º. As Escalas de Salários de que trata este artigo serão atualizadas a partir de janeiro de 2009, de acordo com os reajustes e revalorizações concedidos ao servidores municipais, nos termos da legislação específica.

CAPITULO III

DO INGRESSO NAS CARREIRAS

Art. 12. O ingresso nas carreiras do Quadro de Empregos Públicos da Autarquia Hospitalar Municipal observadas as exigências estabelecidas no Anexo I desta lei, dar-se-á na Categoria 1 do Nível I, das respectivas carreiras, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 13. É de competência do Superintendente da Autarquia Hospitalar Municipal promover concursos públicos para provimento de empregos públicos do Quadro, formalizar as respectivas contratações e praticar todos os atos administrativos referentes aos empregados da Autarquia, na forma da lei e do Regimento Interno.

Art. 14. A Superintendência, no momento da abertura do concurso público, estabelecerá no edital para cada carreira, as disciplinas, as atividades ou as atribuições específicas de acordo com as suas necessidades, na seguinte conformidade:

I - para o nível superior: as disciplinas específicas e especialidades referidas no § 1º do artigo 50 desta lei, vinculadas às atribuições gerais e específicas do emprego público em disputa;

II - para o nível médio: as atividades técnicas ou técnico-auxiliares referidas no § 1º do artigo 6º desta lei, vinculadas às atividades ou atribuições específicas do emprego público em disputa;

III - para o nível básico: as atribuições específicas do emprego público em disputa.

CAPÍTULO IV

DO DESENVOLVIMENTO NAS CARREIRAS

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 15. O desenvolvimento do empregado público nas respectivas carreiras dar-se-á por meio da progressão funcional e da promoção previstas nos artigos 16 a 19 desta lei.

Seção II

Da Progressão Funcional

Art. 16. Progressão funcional é a passagem do empregado público da Categoria em que se encontra para a Categoria imediatamente superior, dentro do mesmo Nível da respectiva carreira, em razão do resultado da avaliação de desempenho, associado ao tempo de carreira, capacitação e atividades.

§ 1º. Para fins de progressão funcional, o empregado público deverá contar com tempo mínimo de 2 (dois) anos de exercício em cada Categoria, exceto na hipótese da passagem para a Categoria 2 do Nível I, para a qual será exigido o período mínimo de 3 (três) anos de exercício na Categoria 1.

§ 2º. A progressão funcional será feita mediante a aferição:

I - das avaliações de desempenho do empregado público durante a permanência na Categoria;

II - da capacitação, por meio de sua participação em cursos correlacionados com a área de atuação;

III - das atividades correlacionadas com a área de atuação.

Art. 17. A progressão funcional será realizada anualmente no mês de junho.

Seção III

Da Promoção

Art. 18. Promoção é a elevação do empregado público na carreira, de um Nível para o imediatamente superior, em razão do resultado da avaliação de desempenho, associado a títulos e atividades, observados os seguintes requisitos:

I - para os integrantes das carreiras do Grupo 1:

a) do Nível I para o Nível II:

1. tempo mínimo de 2 (dois) anos de exercício na Categoria 5 do Nível I;
2. apresentação de título de curso de especialização ou extensão universitária, reconhecido na forma da lei, ou créditos em atividades técnico-científicas, ou em atividades de educação continuada, realizadas ou referendadas pela Autarquia, todos correlacionados com a área de atuação, totalizando, no mínimo, 360 (trezentos e sessenta) horas;

b) do Nível II para o Nível III:

1. tempo mínimo de 2 (dois) anos de exercício na Categoria 5 do Nível II;
2. curso de pós-graduação, compreendendo programas de especialização com, no mínimo, 360 (trezentos e sessenta) horas, ou mestrado, ou doutorado, todos correlacionados com a área de atuação;

II - para os integrantes das carreiras dos Grupos 2 e 3:

a) do Nível I para o Nível II:

1. tempo mínimo de 2 (dois) anos de exercício na Categoria 10 do Nível I;
2. apresentação de certificados de conclusão de cursos correlacionados com a área de atuação, que não tenham sido pré-requisito para a contratação, com carga horária total de, no mínimo, 90 (noventa) horas, realizados ou referendados pela Autarquia;

III - para os integrantes da carreira do Grupo 4:

a) do Nível I para o Nível II:

1. tempo mínimo de 2 (dois) anos de exercício na Categoria 5 do Nível I da carreira;
2. apresentação de certificado de conclusão de cursos correlacionados com a área de atuação, que não tenham sido pré-requisito para a contratação, com carga horária total de, no mínimo, 90 (noventa) horas, realizados ou referendados pela Autarquia.

Parágrafo único. Serão também computados como título, para fins de promoção do Nível I para o Nível II dos empregados públicos das carreiras do Grupo 1, cursos de graduação ou de licenciatura, exceto o apresentado para a sua contratação.

Art. 19. Serão promovidos para:

I - os Níveis II e III das carreiras do Grupo 1, no máximo, 30% (trinta por cento) de empregados públicos do Nível I, considerando o total do número de empregos por disciplina, permanecendo, no mínimo, 40% (quarenta por cento) dos empregos no Nível I;

II - o Nível II das carreiras dos Grupos 2, 3 e 4, no máximo, 40% (quarenta por cento) de empregados públicos do Nível I, considerando o total do número de empregos da carreira, permanecendo, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos empregos no Nível I.

Seção IV

Das Disposições Comuns à Progressão Funcional e à Promoção

Art. 20. Para os fins desta lei considera-se como exercício os afastamentos em virtude de:

I - até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, viva sob sua dependência econômica;

II - até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento;

III - por 1 (um) dia em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada;

IV - até 2 (dois) dias consecutivos ou não, para o fim de alistamento eleitoral nos termos da lei de regência;

V - no período de tempo em que tiver de cumprir as exigências do Serviço Militar referidas na letra "c" do artigo 65 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar);

VI - nos dias em que estiver comprovadamente realizando prova de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior;

VII - pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a juízo para cumprir serviços obrigatórios por lei;

VIII - pelo tempo que se fizer necessário, quando, na qualidade de representante de entidade sindical, estiver participando de reunião oficial de organismo internacional do qual o Brasil seja membro;

IX - férias;

X - licença por acidente de trabalho ou doença ocupacional;

XI - licença maternidade por ocasião do parto, inclusive natimorto, aborto não criminoso, adoção ou guarda judicial para fins de adoção;

XII - licença paternidade;

XIII - outros afastamentos considerados de efetivo exercício na forma da legislação específica.

Art. 21. A avaliação de desempenho a que se referem os artigos 16 e 18 desta lei será feita na forma da Lei nº 13.748, de 2004.

Art. 22. Durante o desenvolvimento na carreira, o empregado público poderá utilizar:

I - na promoção, uma única vez, os cursos e títulos apresentados para efeito de progressão funcional;

II - na progressão funcional, uma única vez, os cursos e títulos apresentados para efeito de promoção.

Art. 23. O empregado público que tiver sofrido advertência escrita ou suspensão, durante a permanência na Categoria ou no Nível, aplicadas em decorrência de procedimento disciplinar, garantido o direito a ampla defesa, ficará impedido de mudar de Categoria ou de Nível, pelo período de 1 (um) ano, ainda que tenha implementado todos os prazos e condições para a progressão funcional ou a promoção nos termos desta lei.

Art. 24. A progressão funcional e a promoção dos empregados da Autarquia, observadas as disposições desta lei, serão feitas segundo os critérios, bases e condições estabelecidos em regulamento para os servidores da Administração Direta, titulares de cargos equivalentes.

CAPÍTULO V

DAS JORNADAS DE TRABALHO

Art. 25. Os empregados públicos regidos por esta lei ficam sujeitos às seguintes jornadas de trabalho:

I - Jornada de 20 (vinte) horas de trabalho semanais abrangendo: Especialista em Saúde - Médico e Especialista em Saúde, na disciplina de odontologia;

II - Jornada de 24 (vinte e quatro) horas de trabalho semanais abrangendo: Especialista em Saúde - Médico, Especialista em Saúde, na disciplina de odontologia, Técnico em Saúde, nas atividades técnicas relativas a laboratório e radiologia e Agente de Apoio, nas atribuições auxiliares de radiologia;

III - Jornada de 30 (trinta) horas de trabalho semanais abrangendo: Especialista em Saúde, nas disciplinas de enfermagem, fisioterapia e de terapia ocupacional; Especialista em Assistência e Desenvolvimento Social, na disciplina de serviço social; Técnico em Saúde, nas atividades técnicas relativas a enfermagem, a higiene dental e a imobilização ortopédica; Auxiliar de Desenvolvimento Infantil; Auxiliar Técnico em Saúde, nas atividades técnico-auxiliares relativas a enfermagem e a consultório dentário, e Agente de Apoio, nas atribuições de telefonia, ascensorista e laboratório;

IV - Jornada de 36 (trinta e seis) horas de trabalho semanais abrangendo: Especialista em Saúde - Médico, Especialista em Saúde, na disciplina de

enfermagem; Técnico em Saúde, nas atividades técnicas relativas a enfermagem e Auxiliar Técnico em Saúde, nas atividades técnico-auxiliares relativas a enfermagem;

V - Jornada de 40 (quarenta) horas de trabalho semanais abrangendo: Especialista em Saúde Médico; Especialista em Saúde, nas disciplinas de biologia, de biomedicina, de enfermagem, de farmácia, de fonoaudiologia, de nutrição, de psicologia; Especialista em Administração, Orçamento e Finanças Públicas; Especialista em Desenvolvimento Urbano; Especialista em Informações Técnicas, Culturais e Desportivas; Técnico em Saúde, nas atividades técnicas relativas a farmácia, a nutrição e dietética e a enfermagem; Assistente de Suporte Técnico; Técnico de Segurança do Trabalho; Assistente de Gestão de Políticas Públicas; Auxiliar Técnico em Saúde, nas atividades técnico-auxiliares relativas a autópsia, a eletro-cardiografia, a eletroencefalografia, a gasoterapia, a hemoterapia, a histologia e citologia, e Agente de Apoio, nas demais atribuições.

§ 1º. Os empregados públicos da carreira de Especialista em Saúde - Médico poderão cumprir as jornadas de trabalho em regime de hora-atendimento, na forma e condições estabelecidas para os titulares de cargos correspondentes da Administração Direta.

§ 2º. Para os empregos públicos abrangidos por mais de uma jornada de trabalho, a jornada a ser cumprida pelo empregado público será a fixada no edital do respectivo concurso, de acordo com o Plano Diretor de Recursos Humanos e a necessidade do serviço.

Art. 26. As remunerações relativas às Jornadas de Trabalho dos empregados públicos são as constantes do Anexo II desta lei.

Art. 27. Em regime de acúmulo lícito de empregos ou de emprego, função ou cargo público, inclusive em outros entes federativos, o empregado público não poderá exceder a carga horária de trabalho semanal de 70 (setenta) horas.

§ 1º. A licitude da situação de acúmulo será apurada nos termos da legislação municipal vigente.

§ 2º. O profissional em regime de acúmulo deverá prestar declaração anualmente ou sempre que a sua situação profissional sofrer alterações.

CAPÍTULO VI

DO EXERCÍCIO DE CARGOS EM COMISSÃO

Art. 28. O empregado público que vier a ser designado para exercer cargo de provimento em comissão deverá cumprir jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e perceberá o respectivo salário acrescido:

I - da diferença de jornada de trabalho, se houver;

II - de gratificação que terá valor correspondente ao da gratificação de que trata o artigo 10 da Lei nº 10430, de 29 de fevereiro de 1988, nos percentuais e bases estabelecidos no Anexo III da Lei nº 11.511, de 19 de abril de 1994.

§ 1º. A gratificação de que trata este artigo:

I - aplicam-se as condições, critérios, incompatibilidades e vedações estabelecidas na legislação municipal específica para a gratificação de função, em especial as previstas nas Leis nº 10.430, de 1988, e nº 11.511, de 1994;

II - não se incorporará ao salário para qualquer efeito, mas se tornará permanente na forma e condições do artigo 10 da Lei nº 10.430, de 1988, e legislação subsequente;

III - enquanto não tornada permanente, somente será devida durante o período em que o empregado público estiver exercendo o cargo em comissão;

IV - não será considerada para cálculo de qualquer indenização.

§ 2º. A designação de que trata o "caput" deste artigo terá caráter transitório e não implicará suspensão do contrato de trabalho a que o empregado público estiver submetido.

§ 3º. O tempo de exercício anterior a esta lei em cargos de provimento em comissão da Autarquia Hospitalar Municipal, bem como das Autarquias Hospitalares Municipais Regionais, exercidos durante a permanência no atual emprego público,

para o qual o servidor tenha sido contratado mediante concurso público, será computado para a permanência da gratificação de que trata este artigo.

CAPÍTULO VII

DO ENQUADRAMENTO

Art. 29. Enquadramento é a forma de acomodação dos atuais empregados públicos nas carreiras, níveis, categorias e referências instituídas por esta lei.

§ 1º. O enquadramento de que trata este artigo produzirá efeitos a partir de 1º de agosto de 2009, observado o disposto no artigo 30 desta lei.

§ 2º. Em nenhuma hipótese será realizado o enquadramento do empregado público sem que ele manifeste sua opção na forma do artigo 31 desta lei, observados, ainda, os critérios e condições estabelecidos no artigo 32.

§ 3º. A produção de efeitos a partir de 1º de agosto de 2009 não poderá ocasionar decurso no valor nominal da remuneração percebida pelo empregado público, no período que medeia aquela data e a de seu efetivo enquadramento, cessando, a partir deste último, o pagamento de quaisquer valores superiores aos que serão alcançados com seu enquadramento na forma desta lei.

Art. 30. O enquadramento de que trata o artigo 29 desta lei será feito no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data da opção do empregado público e surtirá efeitos pecuniários na seguinte conformidade:

I - no exercício de 2011: os valores devidos a partir de 1º de Julho de 2011, em parcela única no mês do efetivo enquadramento;

II - no exercício de 2012: os valores devidos no período compreendido entre 1º de agosto de 2009 e 30 de junho de 2011, em 9 (nove) parcelas, mensais e consecutivas, a partir do mês de janeiro.

§ 1º. Até a publicação dos atos de enquadramento, os empregados públicos continuarão a perceber seus salários na forma prevista na legislação vigente, reajustados de acordo com as normas em vigor.

§ 2º. Os atos necessários à implementação do enquadramento previsto neste Capítulo serão realizados por Comissão Especial, a ser instituída pelo Superintendente, com competência para autorizar e promover as medidas para tanto indispensáveis.

§ 3º. Sobre as parcelas de que tratam os incisos I e II do "caput" deste artigo não incidirá correção monetária.

Art. 31. Os atuais empregados públicos do nível superior, médio e básico do atual Quadro de Empregos da Autarquia Hospitalar Municipal, correspondentes aos relacionados na coluna "Situação Nova" do Anexo I desta lei, poderão optar, no prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua publicação, pelo plano de carreiras ora instituído e por receberem seus salários de acordo com as Escalas de Salários para elas aprovadas, consideradas as respectivas jornadas de trabalho, renunciando, nessa hipótese, à percepção de quaisquer vantagens anteriormente incorporadas à referência atual, inclusive horas extras.

§ 1º. Ao empregado público que se encontrar afastado ou licenciado, o prazo consignado no "caput" deste artigo será computado a partir da data em que reassumir suas funções, sendo vedada a opção durante o período em que estiver afastado.

§ 2º. Fica assegurado, ao empregado afastado ou licenciado que vier a optar, o pagamento dos valores relativos aos dias em que, a partir de 1º de agosto de 2009, esteve em exercício.

Art. 32. Os empregados públicos que realizarem a opção prevista no artigo 31 desta lei serão enquadrados nas Categorias dos Níveis das novas carreiras, mediante contagem de tempo de exercício no atual emprego, apurado até o dia 31 de julho de 2009, na seguinte conformidade:

I - GRUPO 1 - NÍVEL SUPERIOR:

a) Nível I:

1) Categoria 1 - de 0 até 3 anos;

2) Categoria 2 - acima de 3 até 4 anos e 6 meses;

3) Categoria 3 - acima de 4 anos e 6 meses até 6 anos;

4) Categoria 4 - acima de 6 anos até 7 anos e 6 meses;
II - GRUPO 2 E 3 - NÍVEL MÉDIO TÉCNICO E NÍVEL MÉDIO:

a) Nível I:

- 1) Categoria 1 - de 0 até 3 anos;
- 2) Categoria 2 acima de 3 até 4 anos e 6 meses;
- 3) Categoria 3 - acima de 4 anos e 6 meses até 6 anos;
- 4) Categoria 4 - acima de 6 anos até 7 anos e 6 meses;

III - GRUPO 4 - NÍVEL BÁSICO:

a) Nível I:

- 1) Categoria 1 - de 0 até 3 anos;
- 2) Categoria 2 - acima de 3 anos até 6 anos;
- 3) Categoria 3 - acima de 6 anos até 9 anos.

§ 1º. O enquadramento dos atuais Auxiliares de Enfermagem dar-se-á na carreira de Auxiliar Técnico em Saúde, mediante a contagem de tempo no atual emprego na seguinte conformidade:

I - NÍVEL I:

- a) Categoria 6 - de 0 até 5 anos;
- b) Categoria 7 - acima de 5 anos até 8 anos.

§ 2º. O enquadramento dos atuais Técnicos em Saúde na área de Radiologia e Laboratório dar-se-á na carreira de Técnico em Saúde, mediante a contagem de tempo no atual emprego na seguinte conformidade:

I - NÍVEL I:

- a) Categoria 4 - de 0 até 5 anos;
- b) Categoria 5 - acima de 5 anos até 8 anos.

§ 3º. Ao empregado que realizar a opção prevista no artigo 31 desta lei, cujo enquadramento na nova Escala de Salários resulte em valor inferior ao do salário atua fica assegurada a percepção da diferença, que será paga a título de Vantagem de Ordem Pessoal VOP.

§ 4º. A contagem de tempo de que trata este artigo observará o disposto no artigo 20 desta lei.

Art. 33. Aos empregados públicos que não realizarem a opção prevista no artigo 31 desta lei fica assegurado o direito de permanecerem na situação em que ora se encontram, percebendo seus salários na conformidade da legislação em vigor, mantidas a denominação e a referência atual de seus empregos e respectivas jornadas de trabalho, continuando, nessa hipótese, a receber seus salários de acordo com as Escalas de Salários atualmente vigentes, devidamente reajustados na forma da legislação específica.

Art. 34. O tempo de permanência no emprego público atual será considerado como de exercício nas novas carreiras de que trata esta lei, para todos os efeitos legais.

Art. 35. Aos atuais empregados públicos contratados como Auxiliar de Desenvolvimento Infantil fica assegurado o direito ao desempenho das funções ora exercidas até seu desligamento do serviço público municipal.

§ 1º. Os empregados referidos no "caput" deste artigo poderão, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data da publicação desta lei, realizar opção pela Escala de Salário constante da Tabela "D" do Anexo II, renunciando, nessa hipótese, à percepção de quaisquer vantagens anteriormente incorporadas à referência atual, inclusive horas extras, ficando asseguradas a progressão funcional e a promoção de que tratam os artigos 19 a 22, nos Níveis e Categorias constantes do Anexo III.

§ 2º. Os Auxiliares de Desenvolvimento Infantil que realizarem a opção a que se refere o § 1º deste artigo serão enquadrados nos Níveis e Categorias previstos no Anexo III desta lei, mediante a contagem de tempo no atual emprego na seguinte conformidade:

I - Nível I:

- a) Categoria 05 - de 0 até 5 anos;
- b) Categoria 06 - acima de 5 até 8 anos.

§ 3º. O disposto nos § 1º e 2º do artigo 31 e §§ 3º e 4º do artigo 32, bem como nos artigos 33 e 34, aplicam-se aos Auxiliares de Desenvolvimento Infantil que realizarem a opção a que se refere o § 1º deste artigo.

Art. 36. Os empregos de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil serão extintos no desligamento de seus ocupantes.

Parágrafo único. Fica vedada a realização de concurso público para o preenchimento de emprego de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 37. Excepcionalmente a primeira progressão funcional ocorrerá no mês de junho subsequente ao prazo de 24 (vinte e quatro) meses da publicação desta lei.

Art. 38. Ficam convalidados os atuais empregos correspondentes aos postos de trabalho dos Quadros Provisórios de Pessoal aprovados pelos Decretos nº 42.096, nº 42.097, nº 42.098, nº 42.099 e nº 42.100, todos de 12 de junho de 2002, os quais estão computados nas quantidades previstas na coluna "Situação Nova" do Anexo I desta lei.

Art. 39. O somatório do número de empregos públicos da Autarquia e do número de servidores da Administração Direta para ela afastados não poderá ultrapassar a quantidade de empregos estabelecidos no Anexo I desta lei.

Art. 40. Os empregados contratados por tempo determinado nos termos da Lei nº 10.793, de 21 de dezembro de 1989, e legislação subsequente, para as funções correspondentes aos empregos constantes da coluna "Situação Nova" do Anexo I desta lei, ficam com seus salários fixados na referência inicial das respectivas carreiras.

Art. 41. O Superintendente da Autarquia Hospitalar Municipal fica autorizado a proceder à reposição de contratados por tempo determinado nos termos da Lei nº 10.793, de 1989, e legislação subsequente, cujos contratos forem rescindidos a pedido do contratado antes do seu vencimento, pelo prazo máximo de vigência do contrato rescindido.

Art. 42. Os contratos por tempo determinado a que se refere a Lei nº 10.793, de 1989, e legislação subsequente, poderão ser formalizados em qualquer jornada de trabalho prevista nesta lei, de acordo com a necessidade dos serviços, a ser estabelecido no respectivo edital de seleção pública.

TÍTULO II

DO REAJUSTAMENTO DAS ESCALAS

Art. 43. As Escalas de Vencimentos das carreiras do Quadro dos Profissionais da Saúde ficam reajustadas em 11,23% (onze inteiros e vinte e três centésimos por cento) a partir de 1º de janeiro de 2012.

§ 1º. Ficam reajustados, no mesmo percentual estabelecido no "caput" deste artigo, os proventos dos aposentados as pensões e os legados aos quais se aplica a garantia constitucional da paridade.

§ 2º. O Poder Executivo divulgará, mediante decreto específico, os novos valores das Escalas de Vencimentos decorrentes do reajuste previsto no "caput" deste artigo.

Art. 44. Ficam reajustadas, a partir de 1º de janeiro de 2012, em 11,23% (onze inteiros e vinte e três centésimos por cento), as Escalas e Tabelas Salariais da Autarquia Hospitalar Municipal e do Hospital do Servidor Público Municipal exclusivamente no que se refere aos empregos públicos correspondentes aos cargos dos níveis superior e médio do Quadro dos Profissionais da Saúde.

Parágrafo único. O Poder Executivo divulgará, mediante decreto específico, os novos valores das Escalas e Tabelas Salariais decorrentes do reajuste previsto no "caput" deste artigo, consideradas as atualizações previstas no § 2º do artigo 11 desta lei, para as Escalas de Salários da Autarquia Hospitalar Municipal.

TÍTULO III

DO AFASTAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE NAS SITUAÇÕES QUE ESPECIFICA

Art. 45. A Lei nº 14.713, de 2008, passa a vigorar acrescida do artigo 38-A, com a seguinte redação:

“Art. 38-A. Os titulares de cargos das carreiras de Nível Superior e de Nível Médio do Quadro dos Profissionais da Saúde - QPS, bem como os servidores admitidos pela Lei nº 9.160, de 3 de dezembro de 1980, em funções correspondentes, poderão ser afastados do exercício de seus cargos ou funções, com ou sem ressarcimento de sua remuneração, mediante autorização do Prefeito, para:

I - desempenhar as atribuições de seus cargos ou funções em entidades integrantes de convênio de cooperação técnica celebrado pela Prefeitura do Município de São Paulo com instituição de saúde na forma do disposto no parágrafo único do artigo 24 da Lei Federal nº 8080, de 19 de setembro de 1990;

II - prestar serviços no Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) e Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS), entidades reconhecidas como representativas dos entes estaduais e municipais, declarados de utilidade pública e de relevante função social, nos termos do artigo 14-B da Lei Federal nº 8080, de 1990, na redação conferida pela Lei Federal nº 12.466, de 24 de agosto de 2011.

§ 1º Os afastamentos previstos neste artigo serão concedidos sem prejuízo de vencimentos e vantagens, computando-se o tempo em que o servidor permanecer afastado, integralmente, para todos os efeitos legais, inclusive aposentadoria em todas as suas modalidades.

§ 2º. O Poder Executivo disciplinará, por decreto, os afastamentos de que trata este artigo.” (NR)

TITULO IV

DA REVALORIZAÇÃO DO PRÊMIO DE PRODUTIVIDADE DE DESEMPENHO

Art. 46. O “caput” do artigo 40 da Lei nº 14.713, de 2008, com a redação dada pela Lei nº 15.112, de 11 de janeiro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 40.....

II

a) titulares de cargos ou ocupantes de funções do Nível Médio, optantes ou não pelo plano de carreiras ora instituído, lotados e em efetivo exercício nas unidades referidas nos incisos I e II do § 1º do artigo 39 desta lei e no inciso I do § 2º do mesmo artigo;

IV - no máximo 60% (sessenta por cento) do valor de referência inicial da respectiva carreira, fixada para a respectiva jornada de trabalho, básica ou especial, para:

a) titulares de cargos ou ocupantes de funções do Nível Superior do Quadro dos Profissionais da Saúde, não abrangidos no inciso do “caput” deste artigo, optantes ou não pelo plano de carreiras ora instituído, lotados e em efetivo exercício nas unidades referidas nos incisos I e II do §1º do artigo 39 desta lei e no inciso I do § 2º do mesmo artigo;

b) o empregado público ocupante de emprego correspondente aos cargos referidos na alínea “a” deste inciso, lotados e em efetivo exercício na Autarquia Hospitalar Municipal.

.....” (NR)

TITULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 47. A função de confiança de Superintendente, Ref. 9, do Hospital do Servidor Público Municipal, prevista no inciso I do artigo 3º e no Anexo VII da Lei nº 13.766, de 21 de janeiro de 2004, passa a ser de livre provimento pelo Prefeito, dentre profissionais da área da saúde, com curso de Administração Hospitalar ou de Saúde Pública ou de Gerência de Serviços de Saúde, e experiência comprovada de, no mínimo 5 (cinco) anos de atuação na área gerencial da Administração Pública.

Art. 48. Anualmente, a Superintendência deverá, mediante Portaria, publicar as Tabelas de Lotação de Pessoal - TLP, das unidades de saúde vinculadas à Autarquia Hospitalar Municipal e seus respectivos empregos públicos, criados nesta lei.

Art. 49. As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 50. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.



Anexo I, integrante da Lei nº de de de
Quadro de Empregos da Autarquia Hospitalar Municipal
Tabela "A" - Carreiras de Nível Superior – Grupo 1

Situação Atual			Situação Nova			
Denominação do Emprego	Ref.	Qtde	Denominação do Emprego	Ref.	Qtde	Forma de Provisamento
Enfermeiro	ES-1	431	Especialista em Saúde – Nível I		2.797	Mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exigido diploma de curso superior de graduação de Biologia, ou Biomedicina, ou Odontologia, ou Enfermagem, ou Farmácia, ou Fisioterapia, ou Fonoaudiologia, ou Nutrição, ou Psicologia, ou Terapia Ocupacional, expedido por escola oficial ou oficializada, devidamente registrado no órgão competente.
			a) Categoria 1	ES-1		Enquadramento exigida a habilitação específica.
			b) Categoria 2	ES-2		Enquadramento nos termos do § 1º do artigo 16 desta lei.
			c) Categoria 3	ES-3		Enquadramento mediante progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 2, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			d) Categoria 4	ES-4		Enquadramento mediante progressão funcional, no termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 3, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			e) Categoria 5	ES-5		Enquadramento mediante progressão funcional, no termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 4, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.



			Especialista em Saúde - Nível II		Mediante promoção, nos termos do artigo 18 desta lei.
			a) Categoria 1	ES-6	Enquadramento por promoção dentre empregados públicos da Categoria 5, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria, avaliação de desempenho e título de cursos de especialização ou extensão universitária, reconhecido na forma da lei, ou créditos em atividades técnico-científicas ou em atividade de educação continuada realizadas ou referendadas pela Autarquia, todos correlacionados com a área de atuação, totalizando no mínimo 360 (trezentos e sessenta) horas.
			b) Categoria 2	ES-7	Enquadramento por progressão funcional nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 1, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			c) Categoria 3	ES-8	Enquadramento por progressão funcional nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 2, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			d) Categoria 4	ES-9	Enquadramento por progressão funcional nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 3, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			e) Categoria 5	ES-10	Enquadramento por progressão funcional nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 4, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			Especialista em Saúde - Nível III		Mediante promoção, nos termos do artigo 18 desta lei.
			a) Categoria 1	ES-11	Enquadramento por promoção dentre empregados públicos da Categoria 5, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria, avaliação de desempenho e curso de pós-graduação compreendendo programas de especialização com no mínimo 360 (trezentos e sessenta)



			b) Categoria 2 c) Categoria 3	ES-12 ES-13		horas ou mestrado ou doutorado, todos correlacionados com a área de atuação. Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 1, Nível III, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria. Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 2, Nível III, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
Médico	ESM-1	1.087	Especialista em Saúde - Médico - Nível I a) Categoria 1 b) Categoria 2 c) Categoria 3 d) Categoria 4 e) Categoria 5	ESM-1 ESM-2 ESM-3 ESM-4 ESM-5	3.978	Mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exigido diploma de curso superior de graduação em Medicina, expedido por escola oficial ou oficializada, devidamente registrado no órgão competente. Enquadramento exigida a habilitação específica. Enquadramento nos termos do § 1º, do artigo 16 desta lei. Enquadramento mediante progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 2, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria. Enquadramento mediante progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 3, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria. Enquadramento mediante progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 4, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.



			Especialista em Saúde - Médico - Nível II		Mediante promoção, nos termos do artigo 18 desta lei.
			a) Categoria 1	ESM-6	Enquadramento por promoção dentre empregados públicos da Categoria 5, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria, avaliação de desempenho e título de cursos de especialização ou extensão universitária, reconhecido na forma da lei, ou créditos em atividades técnico-científicas ou em atividade de educação continuada realizadas ou referendadas pela Autarquia, todos correlacionados com a área de atuação, totalizando no mínimo 360 (trezentos e sessenta) horas.
			b) Categoria 2	ESM-7	Enquadramento por progressão funcional nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 1, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			c) Categoria 3	ESM-8	Enquadramento por progressão funcional nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 2, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			d) Categoria 4	ESM-9	Enquadramento por progressão funcional nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 3, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			e) Categoria 5	ESM-10	Enquadramento por progressão funcional nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 4, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			Especialista em Saúde - Médico - Nível III		Mediante promoção, nos termos do artigo 18 desta lei.
			a) Categoria 1	ESM-11	Enquadramento por promoção dentre empregados públicos da Categoria 5, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria, avaliação de desempenho e curso de pós-graduação compreendendo programas de especialização com no mínimo 360 (trezentos e sessenta)



			b) Categoria 2 c) Categoria 3	ESM-12 ESM-13		horas ou mestrado ou doutorado, todos correlacionados com a área de atuação. Enquadramento por progressão funcional nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 1, Nível III, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria. Enquadramento por progressão funcional nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 2, Nível III, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
Administrador Hospitalar	AH-1	17	Especialista em Administração, Orçamento e Finanças Públicas - Nível I a) Categoria 1 b) Categoria 2 c) Categoria 3 d) Categoria 4 e) Categoria 5	S-1 S-2 S-3 S-4 S-5	79	Mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exigido diploma de curso superior de graduação de Administração Pública ou de Empresas ou Analista em Informática ou Ciências Contábeis e Atuariais ou Ciências Econômicas ou Estatística, expedido por escola oficial ou oficializada, devidamente registrado no órgão competente. Enquadramento exigida a habilitação específica. Enquadramento nos termos do § 1º do artigo 16, desta lei. Enquadramento mediante progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 2, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria. Enquadramento mediante progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 3, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria. Enquadramento mediante progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 4, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.



						Mediante promoção, nos termos do artigo 18 desta lei.
			Especialista em Administração, Orçamento e Finanças Públicas - Nível II			
			a) Categoria 1	S-6		Enquadramento por promoção dentre empregados públicos da Categoria 5, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria, avaliação de desempenho e título de curso de especialização ou extensão universitária, reconhecido na forma da lei, ou créditos em atividades técnico-científicas ou em atividade de educação continuada realizadas ou referendadas pela Autarquia, todos correlacionados com a área de atuação, totalizando no mínimo 360 (trezentos e sessenta) horas.
			b) Categoria 2	S-7		Enquadramento por progressão funcional nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 1, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			c) Categoria 3	S-8		Enquadramento por progressão funcional nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 2, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			d) Categoria 4	S-9		Enquadramento por progressão funcional nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 3, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			e) Categoria 5	S-10		Enquadramento por progressão funcional nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 4, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			Especialista em Administração, Orçamento e Finanças Públicas - Nível III			Mediante promoção, nos termos do artigo 18 desta lei.
			a) Categoria 1	S-11		Enquadramento dentre empregados públicos da Categoria 5, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.



						avaliação de desempenho e curso de pós-graduação compreendendo programas de especialização com no mínimo 360 (trezentos e sessenta) horas ou mestrado ou doutorado, todos correlacionados com a área de atuação.
			b) Categoria 2	S-12		Enquadramento por progressão funcional nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 1, Nível III, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			c) Categoria 3	S-13		Enquadramento por progressão funcional nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 2, Nível III, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			Especialista em Desenvolvimento Urbano – Nível I	27		Mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exigido diploma de curso superior de graduação de Arquitetura ou Engenharia ou Tecnologia em Construção Civil ou Tecnologia em Mecânica ou Tecnologia em Eletricidade, expedido por escola oficial ou oficializada, devidamente registrado no órgão competente.
			a) Categoria 1	S-1		Enquadramento exigida a habilitação específica.
			b) Categoria 2	S-2		Enquadramento nos termos do § 1º, do artigo 16 desta lei.
			c) Categoria 3	S-3		Enquadramento mediante progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 2, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			d) Categoria 4	S-4		Enquadramento mediante progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 3, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			e) Categoria 5	S-5		Enquadramento mediante progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 4, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.



						avaliação de desempenho e curso de pós-graduação compreendendo programas de especialização com no mínimo 360 (trezentos e sessenta) horas ou mestrado ou doutorado, todos correlacionados com a área de atuação.
			b) Categoria 2 c) Categoria 3	S-12 S-13		Enquadramento por progressão funcional nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 1, Nível III, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria. Enquadramento por progressão funcional nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 2, Nível III, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			Especialista em Assistência e Desenvolvimento Social – Nível I	157		Mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exigido diploma de curso superior de graduação de Serviço Social, expedido por escola oficial ou oficializada, devidamente registrado no órgão competente.
			a) Categoria 1 b) Categoria 2 c) Categoria 3 d) Categoria 4 e) Categoria 5	S-1 S-2 S-3 S-4 S-5		Enquadramento exigida a habilitação específica. Enquadramento nos termos do § 1º, do artigo 16, desta lei. Enquadramento mediante progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 2, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria. Enquadramento mediante progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 3, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria. Enquadramento mediante progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 4, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.



			<p>Especialista em Assistência e Desenvolvimento Social – Nível II</p> <p>a) Categoria 1</p> <p>b) Categoria 2</p> <p>c) Categoria 3</p> <p>d) Categoria 4</p> <p>e) Categoria 5</p> <p>Especialista em Assistência e Desenvolvimento Social - Nível III</p> <p>a) Categoria 1</p>	<p>S-6</p> <p>S-7</p> <p>S-8</p> <p>S-9</p> <p>S-10</p> <p>S-11</p>	<p>Mediante promoção, nos termos do artigo 18 desta lei.</p> <p>Enquadramento por promoção dentre empregados públicos da Categoria 5, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria; avaliação de desempenho e título de cursos de especialização ou extensão universitária, reconhecido na forma da lei, ou créditos em atividades técnico-científicas ou em atividade de educação continuada realizadas ou referendadas pela Autarquia, todos correlacionados com a área de atuação, totalizando no mínimo 360 (trezentos e sessenta) horas.</p> <p>Enquadramento por progressão funcional nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 1, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.</p> <p>Enquadramento por progressão funcional nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 2, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.</p> <p>Enquadramento por progressão funcional nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 3, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.</p> <p>Enquadramento por progressão funcional nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 4, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.</p> <p>Mediante promoção, nos termos do artigo 18 desta lei.</p> <p>Enquadramento dentre empregados públicos da Categoria 5, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria,</p>
--	--	--	--	---	---



24

						avaliação de desempenho e curso de pós-graduação compreendendo programas de especialização com no mínimo 360 (trezentos e sessenta) horas ou mestrado ou doutorado, todos correlacionados com a área de atuação.
			b) Categoria 2	S-12		Enquadramento por progressão funcional nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 1, Nível III, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			c) Categoria 3	S-13		Enquadramento por progressão funcional nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 2, Nível III, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			Especialista em Informações Técnicas, Culturais e Desportivas - Nível I		7	Mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exigido diploma de curso superior de graduação de Biblioteconomia, expedido por escola oficial ou oficializada, devidamente registrado no órgão competente.
			a) Categoria 1	S-1		Enquadramento exigida a habilitação específica.
			b) Categoria 2	S-2		Enquadramento nos termos do § 1º, do artigo 16, desta lei.
			c) Categoria 3	S-3		Enquadramento mediante progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 2, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			d) Categoria 4	S-4		Enquadramento mediante progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 3, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			e) Categoria 5	S-5		Enquadramento mediante progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 4, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.



BR

			<p>Especialista em Informações Técnicas, Culturais e Desportivas - Nível II</p> <p>a) Categoria 1</p> <p>b) Categoria 2</p> <p>c) Categoria 3</p> <p>d) Categoria 4</p> <p>e) Categoria 5</p> <p>Especialista em Informações Técnicas, Culturais e Desportivas - Nível III</p>			<p>Mediante promoção, nos termos do artigo 18 desta lei.</p> <p>Enquadramento por promoção dentre empregados públicos da Categoria 5, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria, avaliação de desempenho e título de cursos de especialização ou extensão universitária, reconhecido na forma da lei, ou créditos em atividades técnico-científicas ou em atividade de educação continuada realizadas ou referendadas pela Autarquia, todos correlacionados com a área de atuação, totalizando no mínimo 360 (trezentos e sessenta) horas.</p> <p>Enquadramento por progressão funcional nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 1, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.</p> <p>Enquadramento por progressão funcional nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 2, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.</p> <p>Enquadramento por progressão funcional nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 3, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.</p> <p>Enquadramento por progressão funcional nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 4, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.</p> <p>Mediante promoção, nos termos do artigo 18 desta lei.</p>
--	--	--	--	--	--	---



			a) Categoria 1	S-11	Enquadramento dentre empregados públicos da Categoria 5, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria, avaliação de desempenho e curso de pós-graduação compreendendo programas de especialização com no mínimo 360 (trezentos e sessenta) horas ou mestrado ou doutorado, todos correlacionados com a área de atuação.
			b) Categoria 2	S-12	Enquadramento por progressão funcional nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 1, Nível III, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			c) Categoria 3	S-13	Enquadramento por progressão funcional nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 2, Nível III, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.



Anexo I, integrante da Lei nº de de de
Quadro de Empregos da Autarquia Hospitalar Municipal
Tabela "B" - Carreiras de Nível Médio Técnico – Grupo 2

Situação Atual			Situação Nova			
Denominação do Emprego	Ref.	Qtde	Denominação do Emprego	Ref.	Qtde	Forma de Provisão
			Técnico em Saúde – Nível I		2.583	Mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exigido certificado de conclusão de educação profissional de nível técnico em Farmácia ou Laboratório ou Nutrição e Dietética ou Higiene Dental ou Radiologia ou Enfermagem ou Imobilização Ortopédica e registro no órgão competente.
			a) Categoria 1	TS-1		Enquadramento exigida habilitação específica.
			b) Categoria 2	TS-2		Enquadramento nos termos do § 1º, do artigo 16 desta lei.
			c) Categoria 3	TS-3		Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 2, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			d) Categoria 4	TS-4		Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 3, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			e) Categoria 5	TS-5		Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 4, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			f) Categoria 6	TS-6		Enquadramento por progressão funcional, nos termos



					do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 5, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
		g) Categoria 7	TS-7	Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 6, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.	
		h) Categoria 8	TS-8	Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 7, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.	
		i) Categoria 9	TS-9	Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 8, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.	
		j) Categoria 10	TS-10	Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 9, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.	
		Técnico em Saúde – Nível II		Mediante promoção, nos termos do artigo 18 desta lei.	
		a) Categoria 1	TS-11	Enquadramento por promoção dentre empregados públicos da Categoria 10, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria, avaliação de desempenho e cursos correlacionados com a área de atuação, realizados ou referendados pela Autarquia, totalizando no mínimo 90 (noventa) horas.	
		b) Categoria 2	TS-12	Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 1, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria	



		f) Categoria 6	M-6	do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 4, Nivel I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.	
		g) Categoria 7	M-7	Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 5, Nivel I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.	
		h) Categoria 8	M-8	Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 6, Nivel I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.	
		i) Categoria 9	M-9	Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 7, Nivel I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.	
		j) Categoria 10	M-10	Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 8, Nivel I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.	
		Assistente de Suporte Técnico - Nivel II		Mediante promoção, nos termos do artigo 18 desta lei	
		a) Categoria 1	M-11	Enquadramento por promoção dentre empregados públicos da Categoria 9, Nivel I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria, avaliação de desempenho e cursos correlacionados com a área de atuação.	



						realizados ou referendados pela Autarquia, totalizando no mínimo 90 (noventa) horas.
			b) Categoria 2	M-12		Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 1, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			c) Categoria 3	M-13		Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 2, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			d) Categoria 4	M-14		Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 3, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			e) Categoria 5	M-15		Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 4, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			Técnico de Segurança do Trabalho – Nível I		36	Mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exigido o certificado de conclusão do ensino médio e certificado de conclusão de curso de Técnico de Segurança do Trabalho e registro no Ministério do Trabalho.
			a) Categoria 1	TST-1		Enquadramento exigida habilitação específica.
			b) Categoria 2	TST-2		Enquadramento nos termos do § 1º, do artigo 16 desta lei.
			c) Categoria 3	TST-3		Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 2, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.



Anexo I, integrante da Lei nº de de de
Quadro de Empregos da Autarquia Hospitalar Municipal
Tabela "C" - Carreiras de Nível Médico – Grupo 3

Situação Atual			Situação Nova			
Denominação do Emprego	Ref.	Qtde	Denominação do Emprego	Ref.	Qtde	Forma de Provedimento
Auxiliar Técnico em Saúde Nível I			a) Categoria 1 b) Categoria 2 c) Categoria 3 d) Categoria 4 e) Categoria 5	AT-1 AT-2 AT-3 AT-4 AT-5	6.140	Mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exigido certificado de conclusão de ensino médio ou equivalente e habilitação específica para as atividades técnico-auxiliares relativas a Eletrocardiografia, Eletroencefalografia, Gasoterapia, Hemoterapia, Histologia e Citologia ou Autópsia e certificado de conclusão de ensino fundamental, suplementado por curso profissional para as atividades técnico-auxiliares relativas a Enfermagem e Consultório Dentário. Enquadramento exigida habilitação específica. Enquadramento nos termos do § 1º, do artigo 16 desta lei. Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 2, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria. Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 3, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria. Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 4, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na



					Categoria.
		f) Categoria 6	AT-6	Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 5, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.	
		g) Categoria 7	AT-7	Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 6, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.	
		h) Categoria 8	AT-8	Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 7, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.	
		i) Categoria 9	AT-9	Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 8, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.	
		j) Categoria 10	AT-10	Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 9, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.	
		Auxiliar Técnico em Saúde Nível II		Mediante promoção, nos termos do artigo 18 desta lei.	
		a) Categoria 1	AT-11	Enquadramento por promoção dentre empregados públicos da Categoria 10, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria, avaliação de desempenho e cursos correlacionados com a área de atuação, realizados ou referendados pela Autarquia, totalizando no mínimo 90 (noventa) horas.	



			b) Categoria 2	AT-12		Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 1, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			c) Categoria 3	AT-13		Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 2, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			d) Categoria 4	AT-14		Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 3, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			e) Categoria 5	AT-15		Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 4, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
Auxiliar Técnico Administrativo - área Administração Geral	QPA-7	723	Assistente de Gestão de Políticas Públicas - Nível I		2.091	Mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exigido o certificado de conclusão do ensino médio.
			a) Categoria 1	M-1		Enquadramento exigida habilitação específica.
			b) Categoria 2	M-2		Enquadramento nos termos do § 1º, do artigo 16 desta lei.
			c) Categoria 3	M-3		Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 2, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			d) Categoria 4	M-4		Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 3, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.



[Handwritten signature]

			e) Categoria 5	M-5	Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 4, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			f) Categoria 6	M-6	Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 5, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			g) Categoria 7	M-7	Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 6, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			h) Categoria 8	M-8	Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 7, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			i) Categoria 9	M-9	Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 8, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			j) Categoria 10	M-10	Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 9, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			Assistente de Gestão de Políticas Públicas - Nível II		Mediante promoção, nos termos do artigo 18 desta lei.
			a) Categoria 1	M-11	Enquadramento por promoção dentre empregados públicos da Categoria 10, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria, avaliação de desempenho e cursos correlacionados com a área de atuação,



					realizados ou referendados pela Autarquia, totalizando no mínimo 90 (noventa) horas.
		b) Categoria 2	M-12	Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 1, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.	
		c) Categoria 3	M-13	Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 2, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.	
		d) Categoria 4	M-14	Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 3, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.	
		e) Categoria 5	M-15	Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 4, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.	



Anexo I, integrante da Lei nº de de de
Autarquia Hospitalar Municipal
Tabela "D" - Carreiras de Nível Básico – Grupo 4

Situação atual			Situação Nova			
Denominação do Emprego	Ref.	Qtde	Denominação do Emprego	Ref.	Qtde	Forma de provimento
			Agente de Apoio - Nível I		1.142	Mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exigida a formação escolar mínima, do Ensino Fundamental completo.
			a) Categoria 1	B-1		Enquadramento exigida habilitação específica.
			b) Categoria 2	B-2		Enquadramento nos termos do § 1º, do artigo 16 desta lei.
			c) Categoria 3	B-3		Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 2, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			d) Categoria 4	B-4		Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 3, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			e) Categoria 5	B-5		Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 4, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			Agente de Apoio - Nível II			Mediante promoção, nos termos do artigo 18 desta lei.



			a) Categoria 1	B-6	Enquadramento por promoção dentre empregados públicos da Categoria 5, do Nível I,
			b) Categoria 2	B-7	com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria, avaliação de desempenho e cursos correlacionados com a área de atuação, realizados ou referendados pela Autarquia, totalizando no mínimo 90 (noventa) horas.
			c) Categoria 3	B-8	Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 1, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			d) Categoria 4	B-9	Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 2, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			e) Categoria 5	B-10	Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 3, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.



Anexo III, integrante da Lei nº de de de
Quadro de Empregos da Autarquia Hospitalar Municipal – Parte Suplementar (PS)
Auxiliar de Desenvolvimento Infantil

Situação Atual			Situação Nova			
Denominação do Emprego	Ref.	Qtde	Denominação do Emprego	Ref.	Qtde	Forma de Provisamento
			Auxiliar de Desenvolvimento Infantil – Nível I		6	Destinado à extinção na vacância.
			a) Categoria 5	AD-5		Enquadramento nos termos do artigo 35 desta lei.
			b) Categoria 6	AD-6		Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 5, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			c) Categoria 7	AD-7		Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 6, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			d) Categoria 8	AD-8		Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 7, Nível I, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
			e) Categoria 9	AD-9		Enquadramento por progressão funcional, nos termos



			e) Categoria 5	AD-15		Enquadramento por progressão funcional, nos termos do artigo 16, dentre empregados públicos da Categoria 4, Nível II, com no mínimo 2 (dois) anos na Categoria.
--	--	--	----------------	-------	--	---

Anexo II, integrante da Lⁿo de de de
 Quadro de Empregos da Autarquia Hospitalar Municipal
 Tabela "A", Escala de Salários - Carreira de Nível Básico
 Agente de Apoio

ei

Jornada de 24 horas de
 Trabalho Semanais

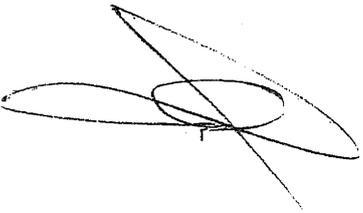
Referência	Valor
B-1	264,19
B-2	281,36
B-3	299,65
B-4	319,12
B-5	339,85
B-6	361,96
B-7	385,49
B-8	410,54
B-9	437,22
B-10	465,65

Jornada de 30 horas de
 Trabalho Semanais

Referência	Valor
B-1	330,23
B-2	351,69
B-3	374,55
B-4	398,90
B-5	424,82
B-6	452,43
B-7	481,85
B-8	512,81
B-9	546,52
B-10	582,06

Jornada de 40 horas de
 Trabalho Semanais

Referência	Valor
B-1	440,31
B-2	468,93
B-3	499,40
B-4	531,86
B-5	566,44
B-6	603,25
B-7	642,46
B-8	684,24
B-9	728,69
B-10	776,08



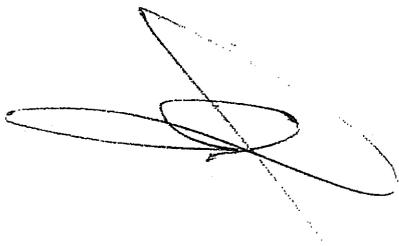

Anexo II, integrante da Lei de de de
Quadro de Empregos da Autarquia Hospitalar Municipal
Tabela "B", Escala de Salários - Carreiras de Nível Médico

Assistente de Gestão de Políticas Públicas
Assistente de Suporte Técnico
Jornada de 40 horas de
Trabalho Semanais

Referência	Valor
M-1	645,61
M-2	687,59
M-3	732,26
M-4	779,87
M-5	830,55
M-6	884,54
M-7	942,04
M-8	1.003,28
M-9	1.068,49
M-10	1.137,94
M-11	1.317,75
M-12	1.403,40
M-13	1.494,61
M-14	1.591,75
M-15	1.695,23

Técnico de Segurança do Trabalho
Jornada de 40 horas de
Trabalho Semanais

Referência	Valor
TST-1	931,13
TST-2	991,65
TST-3	1.056,11
TST-4	1.124,76
TST-5	1.197,87
TST-6	1.275,73
TST-7	1.358,65
TST-8	1.446,96
TST-9	1.541,02
TST-10	1.641,18
TST-11	1.747,86
TST-12	1.861,47
TST-13	1.982,47
TST-14	2.111,33
TST-15	2.248,56



Anexo II, integrante da Lei de de de de
 Quadro de Empregos da Autarquia Hospitalar Municipal
 Tabela "B", Escala de Salários - carreiras de Nível Médio
 Auxiliar Técnico em Saúde

Jornada de 30 horas de
 Trabalho Semanais

Referência	Valor
AT-1	454,46
AT-2	484,00
AT-3	515,45
AT-4	548,95
AT-5	584,64
AT-6	622,64
AT-7	663,12
AT-8	706,21
AT-9	752,12
AT-10	801,01
AT-11	853,08
AT-12	908,52
AT-13	967,58
AT-14	1.030,47
AT-15	1.097,45

Jornada de 36 horas de
 Trabalho Semanais

Referência	Valor
AT-1	545,34
AT-2	580,79
AT-3	618,54
AT-4	658,75
AT-5	701,57
AT-6	747,16
AT-7	795,74
AT-8	847,45
AT-9	902,54
AT-10	961,21
AT-11	1.023,68
AT-12	1.090,23
AT-13	1.161,10
AT-14	1.236,56
AT-15	1.316,94

Jornada de 40 horas de
 Trabalho Semanais

Referência	Valor
AT-1	605,94
AT-2	645,32
AT-3	687,27
AT-4	731,94
AT-5	779,52
AT-6	830,19
AT-7	884,15
AT-8	941,62
AT-9	1.002,83
AT-10	1.068,01
AT-11	1.137,43
AT-12	1.211,36
AT-13	1.290,10
AT-14	1.373,96
AT-15	1.463,27

Anexo II, integrante da Lei nº de de de
 Quadro de Empregos da Autarquia Hospitalar Municipal
 Tabela "B", Escala de Salários - carreiras de Nível Médio
Técnico em Saúde

Jornada de 24 horas de
 Trabalho Semanais

Referência	Valor
TS-1	407,77
TS-2	434,27
TS-3	462,51
TS-4	492,57
TS-5	524,58
TS-6	558,69
TS-7	595,00
TS-8	633,67
TS-9	674,86
TS-10	718,72
TS-11	765,45
TS-12	815,19
TS-13	868,19
TS-14	924,61
TS-15	984,72

Jornada de 30 horas de
 Trabalho Semanais

Referência	Valor
TS-1	509,71
TS-2	542,84
TS-3	578,13
TS-4	615,71
TS-5	655,73
TS-6	698,35
TS-7	743,74
TS-8	792,09
TS-9	843,57
TS-10	898,41
TS-11	956,81
TS-12	1.018,99
TS-13	1.085,23
TS-14	1.156,77
TS-15	1.230,89

Jornada de 36 horas de
 Trabalho Semanais

Referência	Valor
TS-1	611,66
TS-2	651,42
TS-3	693,76
TS-4	738,85
TS-5	786,88
TS-6	838,02
TS-7	892,49
TS-8	950,51
TS-9	1.012,29
TS-10	1.078,09
TS-11	1.148,16
TS-12	1.222,79
TS-13	1.302,27
TS-14	1.386,92
TS-15	1.477,07

Jornada de 40 horas de
 Trabalho Semanais

Referência	Valor
TS-1	679,62
TS-2	723,79
TS-3	770,84
TS-4	820,94
TS-5	874,31
TS-6	931,13
TS-7	991,66
TS-8	1.056,12
TS-9	1.124,76
TS-10	1.197,87
TS-11	1.275,74
TS-12	1.358,66
TS-13	1.446,97
TS-14	1.541,02
TS-15	1.641,19




Anexo II, integrante da Lei nº de de de
 Quadro de Empregos da Autarquia Hospitalar Municipal
 Tabela "C", Escala de Salários - Carreiras de Nível Superior
Especialista em Saúde

Jornada de 20 horas
de Trabalho Semanais

Referência	Valor
ES-1	929,75
ES-2	990,19
ES-3	1.054,56
ES-4	1.123,10
ES-5	1.196,10
ES-6	1.273,85
ES-7	1.356,65
ES-8	1.444,82
ES-9	1.538,74
ES-10	1.638,76
ES-11	1.745,27
ES-12	1.858,73
ES-13	1.979,54

Jornada de 24 horas
de Trabalho Semanais

Referência	Valor
ES-1	1.115,71
ES-2	1.188,23
ES-3	1.265,47
ES-4	1.347,71
ES-5	1.435,32
ES-6	1.528,61
ES-7	1.627,97
ES-8	1.733,79
ES-9	1.846,48
ES-10	1.966,51
ES-11	2.094,34
ES-12	2.230,46
ES-13	2.375,45

Jornada de 30 horas
de Trabalho Semanais

Referência	Valor
ES-1	1.394,63
ES-2	1.485,29
ES-3	1.581,83
ES-4	1.684,65
ES-5	1.794,15
ES-6	1.910,77
ES-7	2.034,96
ES-8	2.167,24
ES-9	2.308,11
ES-10	2.458,14
ES-11	2.617,92
ES-12	2.788,08
ES-13	2.969,31

Jornada de 36 horas
de Trabalho Semanais

Referência	Valor
ES-1	1.673,56
ES-2	1.782,34
ES-3	1.898,19
ES-4	2.021,57
ES-5	2.152,98
ES-6	2.292,92
ES-7	2.441,96
ES-8	2.600,69
ES-9	2.769,74
ES-10	2.949,76
ES-11	3.141,50
ES-12	3.345,69
ES-13	3.563,17

Jornada de 40 horas
de Trabalho Semanais

Referência	Valor
ES-1	1.859,52
ES-2	1.980,38
ES-3	2.109,10
ES-4	2.246,19
ES-5	2.392,20
ES-6	2.547,69
ES-7	2.713,29
ES-8	2.889,06
ES-9	3.077,48
ES-10	3.277,52
ES-11	3.490,56
ES-12	3.717,44
ES-13	3.959,08

Anexo II, integrante da Lei nº de de de
 Quadro de Empregos da Autarquia Hospitalar Municipal
 Tabela "C", Escala de Salários - Carreira de Nível Superior
Especialista em Saúde - Médico

Jornada de 20 horas de
Trabalho Semanais

Referência	Valor
ESM-1	1.273,85
ESM-2	1.356,65
ESM-3	1.444,82
ESM-4	1.538,74
ESM-5	1.638,76
ESM-6	1.745,27
ESM-7	1.858,73
ESM-8	1.979,54
ESM-9	2.108,21
ESM-10	2.245,24
ESM-11	2.391,18
ESM-12	2.546,61
ESM-13	2.712,14

Jornada de 24 horas de
Trabalho Semanais

Referência	Valor
ESM-1	1.528,61
ESM-2	1.627,97
ESM-3	1.733,79
ESM-4	1.846,48
ESM-5	1.966,51
ESM-6	2.094,34
ESM-7	2.230,46
ESM-8	2.375,45
ESM-9	2.529,85
ESM-10	2.694,29
ESM-11	2.869,42
ESM-12	3.055,94
ESM-13	3.254,57

Jornada de 36 horas de
Trabalho Semanais

Referência	Valor
ESM-1	2.292,92
ESM-2	2.441,96
ESM-3	2.600,69
ESM-4	2.769,74
ESM-5	2.949,76
ESM-6	3.141,50
ESM-7	3.345,69
ESM-8	3.563,17
ESM-9	3.794,78
ESM-10	4.041,43
ESM-11	4.304,13
ESM-12	4.583,90
ESM-13	4.881,85

Jornada de 40 horas de
Trabalho Semanais

Referência	Valor
ESM-1	2.547,69
ESM-2	2.713,29
ESM-3	2.889,66
ESM-4	3.077,48
ESM-5	3.277,52
ESM-6	3.490,56
ESM-7	3.717,44
ESM-8	3.959,08
ESM-9	4.216,42
ESM-10	4.490,49
ESM-11	4.782,37
ESM-12	5.093,22
ESM-13	5.424,28



Anexo II, integrante da Lei nº de de de
Quadro de Empregos da Autarquia Hospitalar Municipal
Tabela "C", Escala de Salários – Demais Carreiras de Nível
Superior

Jornada de 30 horas
de Trabalho Semanais

Referência	Valor
S-1	1.378,58
S-2	1.468,19
S-3	1.563,62
S-4	1.665,26
S-5	1.773,50
S-6	1.888,78
S-7	2.011,54
S-8	2.142,29
S-9	2.281,55
S-10	2.429,84
S-11	2.587,79
S-12	2.756,00
S-13	2.935,13

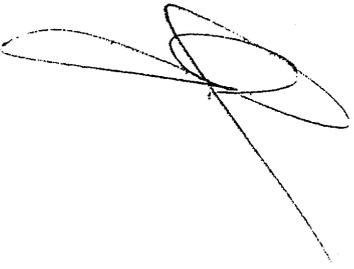
Jornada de 40 horas
de Trabalho Semanais

Referência	Valor
S-1	1.838,11
S-2	1.957,59
S-3	2.084,83
S-4	2.220,34
S-5	2.364,67
S-6	2.518,37
S-7	2.682,07
S-8	2.856,40
S-9	3.042,06
S-10	3.239,80
S-11	3.450,39
S-12	3.674,66
S-13	3.913,51

Annexo II, integrantes da Lei nº
Quadro de Empregos da Autarquia Hospitalar Municipal
Tabela "D", Escala de Salários do Auxiliar de Desenvolvimento Infantil

Jornada de 30 horas de
Trabalho Semanais

Referência	Valor
AD-5	655,73
AD-6	698,35
AD-7	743,74
AD-8	792,09
AD-9	843,57
AD-10	898,41
AD-11	956,81
AD-12	1.018,99
AD-13	1.085,23
AD-14	1.155,77
AD-15	1.230,89



PARECER CONJUNTO Nº DAS COMISSÕES REUNIDAS DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA; ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL TRABALHO E MULHER; E DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O SUBSTITUTIVO Nº 3 APRESENTANDO EM PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 0477/11.

Trata-se de substitutivo nº apresentado em Plenário pela Liderança de Governo ao projeto de lei nº 0477/11, de autoria do Exmo. Sr. Prefeito, que dispõe sobre a reorganização do Quadro de Empregos da Autarquia Hospitalar Municipal, institui o respectivo Plano de Empregos Públicos, Carreiras e Salários e cria empregos públicos no referido Quadro; reajusta as Escalas de Vencimentos das Carreiras do Quadro dos Profissionais da Saúde da Prefeitura do Município de São Paulo e as Tabelas Salariais do Hospital do Servidor Público Municipal; altera o artigo 40 da Lei nº 14.713, de 4 de abril de 2008, revalorizando o Prêmio de Produtividade de Desempenho; e modifica a forma de provimento da função de confiança de Superintendente do Hospital do Servidor Público Municipal.

O substitutivo apresentado visa alterar a redação do parágrafo único do art. 7º para fazer constar que fica vedada a alteração de função sem prévia habilitação específica. Também foi substituída a expressão radiologia, constante do inciso IV do art. 10 por “técnico em imobilização ortopédica”, mais adequada.

Por fim, o substitutivo proposto altera ainda o art. 23 para fazer constar a garantia ao direito da ampla defesa.

O substitutivo aprimora a proposta original e encontrando condições para ser aprovado.

Com efeito, o substitutivo trata de matéria atinente a servidores públicos, envolvendo a reorganização do quadro e a criação de empregos públicos, questão remuneratória e requisito para provimento de função de confiança, matérias de iniciativa legislativa privativa do Sr. Prefeito, nos termos do artigo 61, § 1º, inciso II, alíneas “a” e “c”, da Constituição Federal, reproduzido pelo artigo 37, § 2º, inciso 1, II e III, de nossa Lei Orgânica Municipal.

Pelo exposto, somos pela LEGALIDADE.

Quanto ao mérito, as Comissões de Administração Pública e de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher entendem inegável o interesse público do substitutivo proposto, razão pela qual se manifestam FAVORAVELMENTE ao Substitutivo.

Quanto aos aspectos financeiros a Comissão de Finanças e Orçamento nada tem a opor, vez que as despesas têm adequação orçamentária.

FAVORÁVEL, portanto, o parecer.

Sala das Comissões Reunidas, 15/12/11

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Arselino Tatto (PT)

Abou Anni (PV)

Dalton Silvano (PV)

Florianio Pesaro (PSDB)

Marco Aurélio Cunha (PSD)

Adolfo Quintas (PSDB)

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Eliseu Gabriel (PSB)

José Rolim (PSDB)

Souza Santos (PSD)

Marta Costa (PSD)

Edir Sales (PSD)

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

Juliana Cardoso (PT)

Claudio Prado (PDT)

Sandra Tadeu (DEM)

Noemi Nonato (PSB)

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Aníbal de Freitas (PSDB)

Atílio Francisco (PRB)

Celso Jatene (PTB)

Milton Leite (DEM)

Roberto Tripoli (PV)